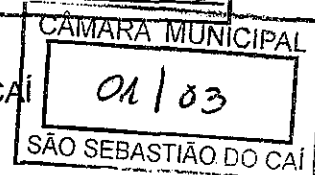
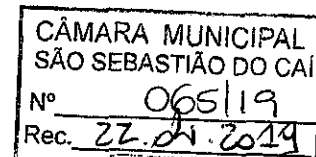


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



PROJETO DE LEI Nº 024/2019

**ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL
N.º 3.805, DE 02 DE JUNHO DE 2015,
QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA
MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

CLÓVIS ALBERTO PIRES DUARTE, Prefeito Municipal de São Sebastião do Cai.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Fica alterada a redação do Artigo 16 da Lei Municipal n.º 3.805, de 02 de junho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

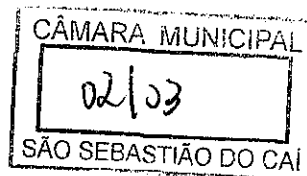
Art. 16. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I – ter reconhecida idoneidade, através de certidão negativa judicial;**
 - II – ser maior de 21 (vinte e um) anos;**
 - III - residir no Município;**
 - IV – estar quite com as obrigações eleitorais;**
 - V – ter certificado de conclusão de ensino médio;**
 - VI - estar em pleno gozo das aptidões físicas e mentais para o exercício efetivo da função de conselheiro tutelar, devidamente atestadas por profissionais habilitados;**
 - VII – ser aprovado em prova escrita;**
 - VIII – ser aprovado no exame psicológico;**
 - IX – ser aprovado em curso de capacitação.**
- Parágrafo único: É vedado aos membros do Conselho Tutelar:
- I - receber, a qualquer título, honorários, exceto estipêndios legais;**
 - II - exercer advocacia na Vara da Infância e Juventude;**
 - III - exercer mandato público eletivo ou candidatar-se ao mesmo.**

Art. 2.º Fica alterada a redação do Artigo 21 da Lei Municipal n.º 3.805, de 02 de junho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. Os membros do Conselho Tutelar receberão, a título de subsídio, parcela única mensal no valor de R\$ 1.424,07 (hum mil quatrocentos e vinte e quatro reais e sete centavos), reajustáveis na mesma data e nos mesmos índices dos vencimentos do quadro geral dos servidores municipais.

Parágrafo único: Ficam assegurados ao Conselheiro Tutelar, ainda, os seguintes direitos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

- a) gozo de férias anuais remuneradas com acréscimo de 1/3 (um terço) sobre o subsídio mensal;
- b) afastamento por ocasião de licença-gestante, sem ônus para os cofres municipais;
- c) décima terceira gratificação, a ser paga no mês de dezembro de cada ano;

Art. 3.º Fica alterada a redação do Artigo 26 da Lei Municipal n.º 3.805, de 02 de junho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. Após a homologação do pedido de inscrição, o candidato será submetido à prova escrita, avaliação psicológica e curso de capacitação por profissionais contratados pela administração, que comprove condições para trabalhar com conflitos sócio-familiares atinentes ao cargo e para exercer, na sua plenitude, as atribuições constantes no art. 136 da Lei Federal n.º 8.069/90, e da legislação municipal em vigor, ficando a candidatura condicionada ao cumprimento de todos os requisitos do artigo 16 desta Lei.

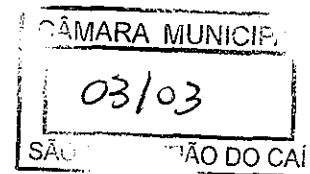
Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5.º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

CLÓVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores!

Através do anexo Projeto de Lei, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para alterar a redação da Lei Municipal n.º 3.805, de 02 de junho de 2015.

A presente alteração legislativa está calcada nas alterações advindas da Capital Federal, que determinou a realização de ELEIÇÕES UNIFICADAS EM TODO O PAÍS, bem como a necessidade de a cada eleição qualificar o quadro de conselheiros tutelares. Assim, objetivando estarem os conselheiros aptos ao exercício de suas funções, a partir da submissão a exames escritos e psicológicos, bem como após receberem a devida capacitação, remetemos à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos, **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 22 dias do mês de abril de 2019.


CLÓVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal